

Governo quer 16 anos para dívida

Prazo de 16 anos com sete de carência, spread abaixo de 0,875% e dinheiro novo são as exigências

A proposta de renegociação da dívida externa que o governo pretende apresentar aos banqueiros dentro de dez dias, quando os contatos forem iniciados, considera como pontos de destaque um prazo de 16 anos com sete de carência para o início do pagamento do principal: spread (taxa de risco) abaixo dos 0,875% concedidos ao México; **fresh money** (dinheiro novo) entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 3,0 bilhões e cláusula de salvaguarda para eventuais oscilações da taxa de juros.



posta original, sem vinculações com projetos que estão sendo discutidos com outros devedores. Mesmo assim, a montagem da proposta a ser levada a Nova York foi precedida de uma análise detalhada, pelo Banco Central, dos pontos principais do "pacote" mexicano.

Antes da decretação da moratória e quando Fernão Bracher ainda era presidente do Banco Central, o governo parecia convencido da impossibilidade da obtenção de uma negociação multianual da dívida, tal como havia sido acertado entre os credores e a administração do general João Figueiredo.

A rápida deterioração das contas externas do País, seguida da determinação do governo de não aceitar o

monitoramento do Fundo Monetário Internacional — FMI — criou um quadro de dificuldades para a negociação multianual, viabilizando-se um ajuste de no máximo dois anos, nos moldes do acordo montado com os governos credores no âmbito do Clube de Paris.

Com a moratória, no entanto, a situação mudou: suspenso o pagamento dos juros, o governo encorajou-se para propor novamente o esquema multianual e o dinheiro novo, dois itens praticamente afastados há menos de um mês. Retorna-se, assim, à proposta encaminhada em fevereiro de 1985 por Afonso Celso Pastore, com algumas diferenças: ao invés de 1,125% de spread, reivindica-se agora um teto inferior a 0,875%; não haverá o monitoramento trimes-

tral do Fundo Monetário, mas um contato ampliado (*enhanced contact*) que permitirá a visita anual de uma missão e mais o acompanhamento da **performance** da economia através de números e dados fornecidos pelo governo.

A volta do País ao mercado financeiro internacional, buscando recursos novos, também estava prevista na negociação então conduzida por Pastore, embora o valor não tivesse sido definido. Na proposta atual pretende o governo recursos novos no montante de US\$ 4 bilhões, neste valor incluídos os financiamentos a cargo do Banco Mundial, o que poderia representar um desembolso efetivo dos bancos, entre US\$ 3 bilhões e US\$ 2,5 bilhões.